

**Título: O LUGAR DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL<sup>1</sup>**

Maria Regina de Avila Moreira ([moreiranantes@uol.com.br](mailto:moreiranantes@uol.com.br));

Marlise Vinagre Silva; ([marlisevinagre@iq.com.br](mailto:marlisevinagre@iq.com.br));

Rosana Mirales ([mirales@uol.com.br](mailto:mirales@uol.com.br));

Teresa Kleba Lisboa ([tkleba@cse.ufsc.br](mailto:tkleba@cse.ufsc.br)).

**Resumo**

O objetivo é refletir sobre a incorporação do gênero na formação profissional da(o) assistente social, explicitando possíveis entendimentos orientadores do debate. O desafio é a garantia da direção social na construção histórica do projeto ético-político do serviço social brasileiro, que encontra referência no código de ética. O ponto de partida é que gênero é um tema transversal e constitutivo da natureza profissional, uma vez que esta se constitui majoritariamente por mulheres, sendo a história da profissão também a história das mulheres. Busca-se gerar elementos para argumentar que o conteúdo relacionado ao debate de gênero é parte constitutiva dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares.

**Palavras-chave:** gênero, formação, “questão social”, projeto ético-político, emancipação.

**Abstract**

The objective is to reflect about the gender incorporation in the social worker professional formation expliciting possible guidance understandings of the debate. The challenge is the direction consolidation in the historical construction of the ethical-political project in Brazilian social work, which finds its reference in the ethics code. The starting point is that gender is an oblique and constituent theme of professional nature, once it is constituted mostly by women, being the history of the profession also a women's history. We try to generate elements to discuss if the content related to gender is part of the fundament nucleus of *Curricula* directions.

**Keywords:** gender, formation, “social-question”, ethical-political project, emancipation.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado em mesa temática coordenada no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, realizado em dezembro de 2006, em Recife, Brasil.

## O LUGAR DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL

### Introdução

O objetivo deste texto é refletir sobre a incorporação do gênero na formação profissional da(o) assistente social, buscando explicitar diferentes abordagens teórico-metodológicas utilizadas.

No serviço social se entende que o desafio do debate sobre gênero constitui-se na garantia da orientação dada pela construção histórica do projeto ético-político da profissão, o qual encontra no Código de Ética a sua referência explicitada nos princípios fundamentais: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, CÓDIGO DE ÉTICA. *In* BONETTI *et al.*, 2001, p. 218). O entendimento é que gênero é um tema transversal ao conteúdo da formação profissional, sendo consubstancial à identidade profissional, uma vez que a categoria de assistentes sociais se constitui em maioria de mulheres, sendo a sua história, também a história das mulheres.

Além de uma categoria explicativa da vida social, o gênero se põe às(aos) assistentes sociais e pesquisadoras como demanda posta pelo movimento de mulheres, através das políticas setoriais, como a de assistência social, de saúde, e outras, e na formulação de políticas para mulheres, o que exige respostas qualificadas dos profissionais em diferentes campos de ação.

### Gênero como Categoria Histórica

O reconhecimento do gênero como categoria, na comunidade acadêmica ascende pela via do movimento de mulheres, fato que remete a investigá-lo como construção histórica. Há divergências quanto a sua apreensão, levando àquelas(es) que trabalham com gênero, à necessidade de contextualizá-lo.

Há ao menos duas possibilidades de entendimento de gênero como categoria histórica. Uma possibilidade que a toma como ferramenta útil para a análise da sociedade. Scott (1995) configura-se como uma das formuladoras dessa perspectiva. Seu esforço teórico é por resgatar a importância da mulher na história, fenômeno ocultado pela ideologia masculina. A autora afirma que a construção social de gênero se dá a partir das diferenças percebidas entre os sexos, atribuindo ao discurso o papel central na superação dessas diferenças. Propõe como saída o processo de desconstrução do ordenamento

## Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social

social ancorado na lógica masculina e substituição por outra lógica não falocêntrica, centrando na perspectiva da linguagem a possibilidade em romper com os estereótipos e, assim, lançar as bases para um novo patamar de relações entre os sexos.

A outra possibilidade irá tomar gênero como uma categoria histórica, a qual determinará, em conjunto com outras categorias, a vida em sociedade. Destaca-se Saffioti (1987) que afirma que a sociedade é constituída por três ordens consubstanciadas: o capitalismo, o patriarcado e o racismo. Nesse pressuposto, torna-se possível afirmar que trabalhar com a categoria gênero é, antes, privilegiar as práticas sociais, uma vez que a realidade social é quem indica a intensidade em que essas ordens constitutivas da sociedade se relacionam.

Não é possível estabelecer com precisão a origem da opressão sobre as mulheres e nem mesmo do patriarcado, uma vez que ele próprio é resultado da combinação de diversas associações ao longo do processo histórico. Bruschini & Costa (1992, p. 66) dirão que: “A exclusão das mulheres é resultado de um longo processo de confinamento ao doméstico e também, resulta de construções culturais sobre as diferenças biológicas das mulheres em relação aos homens”. Isso significa que o desenvolvimento da vida social acumula determinações econômicas, religiosas e políticas. Foi a articulação desses elementos que ao longo do desenvolvimento social possibilitou a supremacia masculina, como um sistema que, ainda que se modifique, se mantém atuante.

Considera-se que a noção de patriarcado contribui para o entendimento de gênero e delinea-se a partir do “poder estabelecido pelo sexo masculino sobre o feminino e revelado pela utilização cultural, social, e econômica do corpo da mulher por parte do homem e pelo controle de sua reprodução” (ALVES, 1983, p. 57).

O patriarcado em seu sentido original, não é um sistema de organização social soberano ou mesmo paralelo ao capitalismo, e sofre mudanças profundas, especialmente por força da luta das mulheres. A questão é retê-lo como um conjunto de valores objetivos e subjetivos que sustentam a reprodução de desigualdades sociais. O que se quer dizer é que o patriarcado não se constitui apenas como ideologia, capaz de perpetuar o sistema de opressão e exploração de um sexo sobre outro, reproduzindo-se nas classes sociais. O patriarcado se define como um sistema sexual de poder no qual o homem possui superioridade e privilégio econômico, social e político (MOREIRA, 2003). Como acentuam Chevillard & Leconte (1988) a dominação das mulheres é anterior ao modo de produção capitalista e se constituiu como base material para a emergência da propriedade privada e do Estado. Esse modo de produção contribui para a apropriação diferenciada de homens

e mulheres como força de trabalho, reafirmando a divisão sexual do trabalho. Ocorreu que o aprofundamento das relações em torno da propriedade privada reforçou a opressão das mulheres.

Apreender como essas relações foram forjadas nos mecanismos que garantem as suas permanências e as mudanças, constitui-se em desafio. Essa apreensão só pode ser alcançada pelas mediações mais amplas que remetem a gênero e sua intersecção com outras categorias históricas como classe social e raça/etnia. Os homens têm tarefas junto à família e à manutenção do espaço doméstico, ainda que diferenciadas socialmente. Tampouco, a opressão das mulheres é explicada pela posição delas, apenas no processo de reprodução. As atividades desenvolvidas por mulheres são desvalorizadas tanto no âmbito doméstico e no conjunto da vida social como no da produção. Isso comprova que a separação entre produção e reprodução é falsa. Ou seja, o desenvolvimento do trabalho assalariado, por um lado, acentuou a divisão social e por outro lado, não desprezou a divisão sexual: “O trabalho assalariado não está isento das relações do trabalho doméstico, e os antagonismos de sexo atuam tanto no trabalho como no conjunto da vida social” (CHAUBAD & FOUGEROLLAS-SCHWEBEL, 1986, p. 117).

### **Gênero e “questão social”**

As diretrizes curriculares definiram a “questão social” como objeto do Serviço Social (CADERNOS ABESS, No. 7, 1996). A partir disso, foram delineando-se construções teórico-metodológicas sobre a categoria “questão social”, configurando um leque de concepções, ora fundamentadas nos pressupostos de Rosanvallon (1995) sobre o surgimento da “nova questão social”; ora insistindo na processualidade da “questão social”, trazida por Castel (1998); ou ainda, reconhecendo, como fez Wandelely (1997), uma “questão social” especificamente latino-americana. Esta última concepção ressalta o processo histórico de colonização e evidencia o caso brasileiro pela questão fundiária e pela escravidão de índios e de negros, bem como pela exploração de mulheres, indígenas, negras e brancas, cujos desdobramentos repercutem até hoje em diferentes expressões da “questão social”. No debate acadêmico do Serviço Social, a revista *Temporalis* (nº03, 2001) também contribuiu através de coletânea de artigos sobre o tema. Discussões em torno do objeto de trabalho do Serviço Social têm sido feitas ao longo da história da profissão, a exemplo do texto de Iamamoto e Carvalho (1985) e da perspectiva histórica de construção do mesmo, apresentada por Faleiros (2001).

## Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social

Na contemporaneidade, Iamamoto (1999) define que o objeto do trabalho do Serviço Social se compõe pelas diferentes expressões da “questão social”, ou seja, pelas suas conseqüências, surgidas a partir das desigualdades originadas no contexto do capitalismo. Para a autora, o objeto de trabalho, ou matéria-prima do Serviço Social, se constitui nas particularidades das expressões da questão social e como estas são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam, sobretudo na relação com o trabalho e a classe social.

Faleiros (2001) lembra que toda a construção de um objeto profissional deve levar em conta a história, as discussões, os debates e os projetos de sociedade. Para esse autor, adotando-se apenas a perspectiva de classe, a heterogeneidade dos campos de atuação da profissão de Serviço Social fica restrita, uma vez que esta não se limita a atuar somente nas questões de trabalho. O autor acrescenta que o foco da atuação profissional do assistente social, ou seja, o seu objeto, se constrói no processo de articulação do poder dos sujeitos, no enfrentamento das questões relacionais complexas que devem ser captadas e entendidas em cada espaço profissional ocupado e em cada especificidade institucional. Assim, essas intervenções exigem dinâmicas, recursos, organização e informação e vão construindo e desconstruindo a identidade profissional nas condições históricas.

A partir de diferentes abordagens, gênero tem se configurado como uma das expressões marcantes de injustiça e desigualdade reinantes no país, ou seja, como uma das expressões da “questão social”. Embora Camps (2001), proclame que o século XXI será o século das mulheres, ainda estamos longe do nível em que se quer chegar, em se tratando de equidade de gênero. Confrontamo-nos em nível mundial, com uma “feminização da pobreza”: 70 % dos pobres do mundo são mulheres e 20 milhões de mulheres no mundo vivem em condições de “segunda categoria”, sofrem violência, são exploradas no trabalho, migram de um lugar para outro, lutando por sobrevivência e pela garantia de seus direitos.

As mulheres pobres no Brasil, também passam por situações extremamente injustas no que diz respeito a seus direitos e interesses. Defrontam-se com consideráveis limitações em relação à participação na tomada de decisões e definição de seus direitos, por uma série de fatores: a responsabilidade no cuidado com as crianças, idosos e doentes da família; a desvantagem no mundo do trabalho remunerado, assim como, sua vulnerabilidade física em relação à violência masculina. As decisões públicas que afetam

as mulheres, de um modo geral, estão guiadas, na grande maioria das vezes, por imposições ou preferências masculinas e não por necessidades femininas.

No contexto neoliberal, as políticas públicas são marcadas pela ausência de estruturas e medidas pensadas em função das e para as mulheres. Apesar de serem maioria, as mulheres não constituem um grupo específico no âmbito da assistência pública e, tal como está definido pela Lei Orgânica da Assistência, não existem medidas e programas centrados na problemática do gênero. De forma que as políticas sociais, no contexto do neoliberalismo, têm contribuído para a reprodução da subalternidade das mulheres, para a não igualdade de oportunidades nos diferentes espaços domésticos, da produção e da cidadania. A incorporação de gênero nas políticas públicas requer programas que respondam à particularidade das situações vivenciadas pelas mesmas e à necessidade de implementar medidas de discriminação positiva para neutralizar as desvantagens iniciais que alguns grupos de mulheres compartilham. Contudo, as(os) assistentes sociais já começam a participar na formulação e gestão de políticas públicas direcionadas às diferentes expressões da questão social, que integram também os interesses e as necessidades das mulheres, intervindo no cotidiano das instituições, propondo e definindo estratégias de ação frente às demandas trazidas por esses sujeitos sociais.

### **Gênero e projeto ético-político**

No dia-a-dia somos levadas(os) a assumir posições, a partir de juízos de valor, determinados por interesses de classe, gênero, raça/etnia e oriundos dos diferentes grupos sociais. Isso implica reconhecer que nossas ações, no plano pessoal ou profissional, são necessariamente comprometidas com interesses de classe e de grupos. Ou seja, nossas ações encerram escolhas ético-morais que têm uma determinada “direção significativa” (VINAGRE SILVA. *In* BONETTI *et al.* (orgs), 1996, p.139). Nesse sentido, é fundamental se desvelar as diversas visões de mundo que informam a cultura e o trabalho profissional, para se apreenderem os elementos constitutivos a ele subjacentes, desde seu processo de emergência e institucionalização até o tempo presente.

A maioridade político-intelectual adquirida pela profissão a partir do início dos anos 1990 possibilitou, em grande parte, a recuperação da teoria crítico-dialética em aspectos não suficientemente trabalhados: a cultura, a relação indivíduo-sociedade, a heterogeneidade das classes, o reconhecimento da diversidade e do direito à expressão dos grupos socialmente discriminados, como os negros e as mulheres. Essa recuperação levou à

## Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social

possibilidade de um contato do serviço social com a ontologia do ser social, bem como fundamentou a construção de uma projeção ético-política dirigida à emancipação política e humana, que se popularizou sob a denominação de projeto ético-político.

O eixo fundante deste projeto está relacionado à defesa da liberdade como valor ético central e das requisições a ele inerentes, tais como, a expansão e emancipação dos indivíduos sociais, o que implica a superação da heteronomia e, conseqüentemente, a defesa intransigente da plena realização de todos. A centralidade da liberdade nessa concepção vincula-se ao postulado de uma ética coletivista e universalista, onde é consubstancial a efetividade do acesso de todos os direitos para todos. Esta perspectiva aponta para políticas não focalistas que visem à universalização dos direitos e não a defesa de mínimos, para a satisfação de necessidades básicas. Relaciona-se à ampliação da cidadania e da democracia, entendida como socialização da participação política e da riqueza (material e espiritual) produzida. Logo é inerente a esta direção social a vinculação a uma perspectiva de defesa e construção de uma sociedade igualitarista e radicalmente humana, sem dominação-exploração, discriminação ou preconceitos.

Esta defesa relaciona-se à recusa do autoritarismo, do arbítrio e ao combate a todas as formas de sofrimento e humilhação, tais como a tortura, a xenofobia, o racismo, a intolerância religiosa, a violência de gênero e doméstica, na perspectiva da defesa dos direitos humanos.

Assim, o projeto ético-político construído a partir das últimas três décadas aponta para uma direção clara anti-capitalista e anti-conservadora. Em outras palavras, ele tem como horizonte a superação da ordem burguesa e a construção de uma nova ordem societal, sem desigualdades de classe, etnia e gênero ou de qualquer natureza.

Nesse sentido, a apreensão das desigualdades de gênero, bem como o seu combate, é estrategicamente central, tendo em vista a direção social do projeto ético-político defendido pelas entidades da categoria (a ABEPSS, o conjunto CEFESS/CRESS e a ENESSO), projeto que tem como horizonte teleológico a construção da emancipação política e humana e de uma sociedade ontologicamente libertária.

A organização e mobilização provocada pela tríplice competência teórica, ético-política e técnico-operativa -, fundada no horizonte da radicalidade emancipatória, possibilita uma releitura das diferentes expressões da “questão social”, dos espaços sócio-ocupacionais do trabalho profissional, a buscar novas alternativas metodológicas e a superar posturas fatalistas e voluntaristas viabilizadoras, também, da articulação entre o universal, o particular e o singular.

## Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social

Contudo, ao se reconhecer à estratégica dimensão fundante do particular, como é o caso do gênero, cabe o cuidado para não se cair nos particularismos e na fragmentação. O risco é perder-se a referência da totalidade, bem como da centralidade da “questão social” e do trabalho como norte do projeto ético-político voltado para a emancipação política e humana.

### Conclusão

A defesa intransigente da democracia, dos direitos humanos e sociais, bem como a sua real existência, agrega as(os) profissionais de Serviço Social, garantindo as conquistas históricas, teóricas e políticas feitas nas últimas décadas. O Código de Ética vigente vem se consolidando como instrumento capaz de garantir a orientação política no projeto escolhido pela categoria profissional e possibilitando a defesa da profissão e da(os) profissionais que se posicionam em favor da genericidade do ser social.

É nesse contexto que a proposição dessa mesa vem ao encontro das necessidades da formação profissional das(os) assistentes sociais, ao refletir que gênero remete aos fundamentos do Serviço Social, já que esta profissão, no contexto da divisão sócio-técnica e sexual do trabalho se constituiu com maioria de mulheres. Essa é a trajetória dos 70 anos de Serviço Social no país. Gênero também remete, dado seu caráter intersetorial, a outros eixos como “questão social”, trabalho e política social. Há mais de três décadas o Movimento de Reconceituação abriu a perspectiva de se estar junto aos movimentos sociais e políticos. As(os) assistentes sociais, nas últimas décadas, vêm se fazendo presentes no movimento de mulheres que lutaram e lutam por conquistas feministas, contra a ditadura, em favor da democracia, pelos direitos sociais, em favor das políticas sociais e pela construção de uma sociedade livre.

A análise histórico-crítica das relações de gênero; a interface de gênero com outras formas de dominação-exploração; a particularidade de gênero na origem das profissões; o trabalho feminino; a violência de gênero; a busca da equidade de gênero nas políticas sociais; as metodologias de pesquisa com mulheres (como as biografias e as histórias de vida); bem como o uso da escuta qualificada e outros instrumentos e técnicas como processo de intervenção teórico-metodológica; constituem-se em temas pertinentes à formação profissional da(o) assistente social.

Situa-se, assim, a necessidade de ampliação do debate sobre as experiências das unidades de ensino na incorporação dos conteúdos de gênero nas grades curriculares, o que deverá contribuir com o processo de avaliação das Diretrizes Curriculares.

## Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social

Como uma necessidade a ser enfrentada coletivamente, cabe concentrar esforços para situar gênero nos núcleos de fundamentação da formação *Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social; da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira; e do Trabalho Profissional*, desdobrando os conteúdos nos fundamentos do serviço social, das políticas sociais, dos processos de trabalho e da sociabilidade, da “questão social” e da ética, garantindo que as pesquisas e o conhecimento acumulado no tema situem-se em um lugar orientador para a formação profissional.

As formas de violências que as expressões da “questão social” adquirem são nesse contexto entendidas em sua dinâmica. Incorporar as singularidades e as particularidades, dando vazão à defesa da liberdade, baseado-se na busca de alternativas aos processos de dominação-exploração é o que o momento histórico exige daquelas(es) que defendem os princípios éticos que têm seus pressupostos na ontologia do ser social.

### Referências Bibliográficas

ALVES, B. M. Feminismo e Marxismo. *In*: KONDER, L *et al.* (orgs). **Por que Marx?** Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 51-61.

BRUSCHINI, C. & COSTA, A. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CAMPS, V. **O século das mulheres**. Lisboa: Editorias Presença, 2001.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CFESS. Código de ética profissional do assistente social. *In*: BONETTI, E. A. *et al.* (orgs). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996, P. 209-230.

CHAUBAD, D. & FOUGEROLLAS-SCHWEBEL, M. Sobre a Autonomia Relativa da Produção e da Reprodução. *In*: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andée *et al.* **O Sexo do Trabalho**. Tradução: Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.113-130.

CHEVILLARD, N. & LCONTE, S. **Trabalho das Mulheres, Poder dos Homens**. Trad. Nalu Faria. Mimeografado, 1998.

Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. *In*: **Cadernos ABESS – Nº 07**. Formação profissional: Trajetórias e Desafios. Edição especial. São Paulo: Ed. Cortez, 1996, p. 58-76.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

## Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social

- FARIA, N *et al.* (orgs.) **Gênero nas políticas públicas**. São Paulo: SOF, 2000, p. 26-37. (Coleção Cadernos Sempre Viva).
- IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1985.
- IAMAMOTTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico Brasileiro 2000. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 18 nov. 2004.
- LISBOA, T. K. **Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Ed. UFSC, Chapecó: Argos, 2003.
- MOREIRA, M. R. de A. **A Constituição de Gênero no Serviço Social – um estudo a partir do depoimento de empregadores e assistentes sociais**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
- ROSANVALLON, P. **La nueva cuestión social – repensar el Estado providencia**. Buenos Aires: Manantial, 1995.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. 8ª ed. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In: Educação & Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de Educação - UFRGS, v.20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 5-22.
- Temporalis**. Ano 2, nº 3, jan.jul. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.
- VINAGRE SILVA, M. V. Ética profissional: por uma ampliação conceitual e política. *In*. BONETTI, E. A. *et al.* (orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 137-144.
- WANDERLEY, L. E. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. *In*: BELFIORE-WANDERLEY, M. *et. al.* **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997, p. 49- 160.